

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi hoje noticiado que, por falta de resposta do serviço de Obstetrícia do Hospital de Leiria, algumas mulheres grávidas estão a ter dificuldade em agendar consultas e exames no primeiro trimestre da sua gravidez, por dificuldade de resposta daquele estabelecimento hospitalar em responder a todos os pedidos de consulta.

Esta falta de acesso foi denunciada por médicos de família, que se depararam com recusas de agendamento para exames, tendo igualmente sido confirmada pelo próprio Centro Hospitalar de Leiria.

Na verdade, atualmente os médicos de família encaminham as mulheres grávidas, no primeiro trimestre, para o hospital, a fim de estas realizarem a primeira ecografia e o rastreio bioquímico, procedimento que nem sempre é possível efectuar por impossibilidade de marcação da consulta para a grávida.

Neste contexto, a falta de resposta das instituições particulares com protocolo com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), nas quais os tempos de espera para a realização de uma ecografia superam, muitas vezes, os três meses, agrava ainda mais o problema, principalmente num quadro de significativo aumento da taxa de mortalidade materno-infantil como é aquele que se verifica em Portugal nos últimos anos.

Importa finalmente ter presente que a não realização dos exames em causa, especialmente a primeira ecografia e o rastreio bioquímico, pode ter consequências nefastas para a saúde materno-infantil, na medida em que aqueles exames podem contribuir para a deteção precoce de eventuais malformações nos fetos.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, designadamente da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, vêm os Deputados abaixo assinados, por intermédio de V.ª. Exa., apresentar ao Senhor Ministro da Saúde as seguintes

perguntas:

1. Confirma o Governo que o Centro Hospitalar de Leiria está apresentemente a recusar a mulheres grávidas, o agendamento de consultas e exames no primeiro trimestre da sua gravidez?
2. Em caso afirmativo, que medidas foram, estão ou serão tomadas para garantir que estas situações de falta de acesso não se voltam a repetir?

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2022

Deputado(a)s

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

JOÃO BARREIRAS DUARTE(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

PEDRO MELO LOPES(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

HUGO MARAVILHA(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)